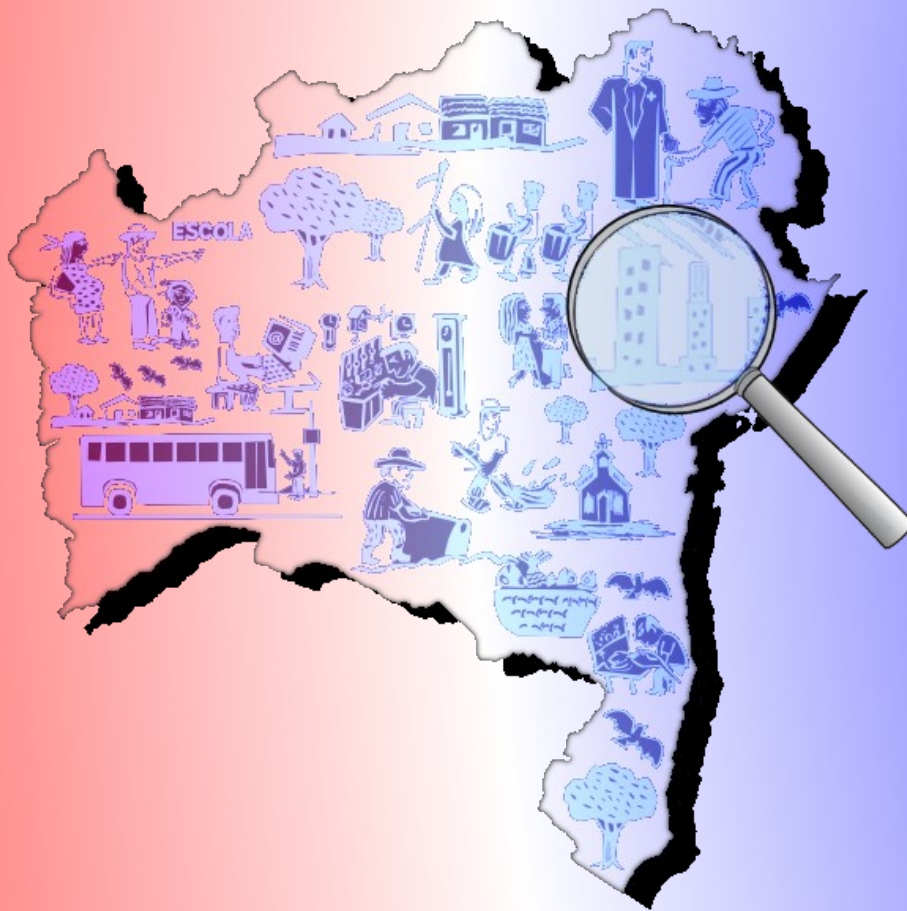


# SUMÁRIO EXECUTIVO AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO



## Programa 113 – Água para Todos

Abril de 2013



**MONITORAMENTO  
E AVALIAÇÃO  
DE PROGRAMAS  
DE GOVERNO**

SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO



TERRA DE TODOS NÓS

## 1. AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

O monitoramento e a avaliação de Programas de Governo tem finalidades bastante precisas: (1) proporcionar aos gestores públicos bases para a tomada de decisões eficazes sobre os mesmos; (2) estabelecer elementos para maior transparência da política pública; (3) desenvolver e melhorar estratégias de intervenção na realidade e gerar aprendizado institucional; e (4) proporcionar tanto aos gestores públicos, como aos diversos setores interessados da sociedade, acesso a informações relevantes quanto a execução da política pública, contribuindo para a efetividade dos gastos públicos e participação social, fortalecendo assim as instituições envolvidas e a própria sociedade.

Os instrumentos do monitoramento e da avaliação são fundamentais para uma gestão orientada para resultados, na medida em que podem – e devem – ser utilizados durante todo o ciclo de gestão, subsidiando desde o planejamento e formulação de uma intervenção, o acompanhamento de sua implementação, os consequentes ajustes a serem adotados, e até as decisões sobre sua manutenção, aperfeiçoamento, ampliação, redirecionamento ou interrupção.

As diferenças entre o monitoramento e a avaliação são basicamente de escopo e tempo. Enquanto o monitoramento é um instrumento de gestão que proporciona o exame contínuo de processos, produtos e resultados das ações públicas realizadas, gerando recomendações de melhorias ao processo de execução, a avaliação tem uma atuação mais profunda e ampla, na medida em que realiza exame detalhado, tendo como agente provocador os dados do monitoramento. A avaliação permite a análise da informação, conteúdo, estrutura, processo e resultados das ações governamentais, possibilitando o aperfeiçoamento da gestão e efetividade da intervenção estatal.

O objetivo deste Sumário Executivo é apresentar os principais resultados oriundos da Avaliação Inicial e do Monitoramento do Programa 113 – Água Para Todos.

A Avaliação Inicial qualifica os parâmetros que permitem aos dirigentes conhecer, opinar, comparar e decidir acerca dos Programas de Governo, possibilitando melhoras substantivas na qualidade do planejamento e execução das ações de política pública. Fundamentada na igualdade de critérios para todos os projetos ou Programas que tenha por objeto, a Avaliação Inicial concentrou-se na análise de aspectos do desenho do Programa (concepção, planejamento e gestão) sem a pretensão de chegar a conclusões sobre os efeitos e os impactos destes nem estabelecer relações de causalidade entre o desempenho das ações e as mudanças nas condições dos seus beneficiários.

Com o objetivo de avaliar o desenho, planejamento e gestão dos Programas do PPA 2012-2015, a metodologia utilizada está alinhada com as melhores práticas nacionais e segue uma tendência internacional de realização de avaliação de Política Pública fomentada inclusive por órgãos de financiamento como o Banco Mundial que visam à efetividade na utilização de seus recursos.

É importante ressaltar que o modelo proposto se aproxima bastante da Avaliação Executiva de Projeto (AEP), por considerar suas dimensões focais e prazo de realização. Esta, também, utiliza os instrumentos metodológicos e de coleta de dados semelhantes, a exemplo da Matriz do Marco Lógico<sup>1</sup> (MML) e Pesquisa de Campo.

Quanto ao Monitoramento, o recorte escolhido permitiu a análise da Execução Financeira do Programa em 2012, a partir dos dados extraídos do Sistema Informatizado de Planejamento (Siplan). Foram analisados os resultados do desempenho financeiro do Programa, de modo a verificar mudanças orçamentárias e a execução financeira, inclusive por Compromisso.

Os principais usuários do monitoramento e da avaliação deste Programa de Governo são: a Seplan, por atribuição regimental, especialmente a SGA; a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes), a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia (Sedir), responsáveis por sua execução; e a Casa Civil do Governo, por sua atribuição regimental de articulação das políticas públicas.

Neste processo, monitoramento e avaliação se articulam em uma relação de complementaridade. Seus processos se retroalimentam de forma que o primeiro fornece uma visão instantânea da situação do Programa em execução, em que pese sua concepção, desenho e gestão. A avaliação, por sua vez, indica as questões críticas e possíveis soluções a serem monitoradas, viabilizando a ação do gestor no sentido de aperfeiçoar o Programa para obter mais e melhores resultados. A avaliação da concepção do Programa e da qualidade do planejamento aliada às informações do monitoramento fornecem insumos estratégicos para a gestão. Nesse sentido, um melhor controle do gestor, possibilitado por este Sumário Executivo, direciona ao cumprimento das metas além de mais e melhores resultados.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a Avaliação Inicial de Programas de Governo, foram utilizados os seguintes recursos metodológicos: (1) Elaboração de Proposta de Matriz do Marco Lógico; (2) Coleta de informações documentadas; e (3) Realização de Pesquisa de Campo.

A pesquisa de campo combinou abordagens e procedimentos quantitativo e qualitativo. As abordagens quantitativas (Questionário *on-line*), por definição, permitem aferir a magnitude e extensão dos fenômenos, sem, todavia, possibilitar a exploração do seu significado substantivo. Com a utilização dos métodos qualitativos de Grupo Focal e Entrevistas Coletivas, torna-se possível explorar não apenas o comportamento das variáveis e identificar as relações existentes entre elas, mas também examinar os sentidos a elas atribuídos que as tornam significativas e capazes de orientar as ações dos atores. Quanto à amostra, esta foi do tipo não-probabilística, de natureza intencional, definida segundo o critério de envolvimento com a formulação e implementação do Programa selecionado.

No que tange ao Monitoramento, para as análises da execução financeira dos Programas em 2012, foram realizadas coletas de dados referentes aos recursos financeiros: Orçado Inicial (orçamento conforme publicado na LOA), Orçado Atual (valor inicial, acrescido ou deduzido, após as modificações orçamentárias, ao final do exercício), Empenhado (crédito orçamentário formalmente comprometido com o atendimento de encargos ou compromissos assumidos perante terceiros), Liquidado (valor reconhecido pela administração como devido, após o recebimento do objeto gerador do débito e o exame da documentação pertinente) e Pago (pagamentos feitos aos credores, com base nas despesas liquidadas); por Compromissos e Fonte de Recursos (origem e natureza dos recursos orçamentários), a eles atreladas, de cada um dos Programas. Estes dados

foram extraídos por meio de Pesquisa Dinâmica (levando em consideração os dados referentes à Projetos, Atividades Finalísticas e investimentos de Empresas não Dependentes) do relatório do Siplan e sistematizados em uma tabela.

Em seguida foi realizada a leitura dos dados da tabela, dividida em duas seções. A primeira seção diz respeito à análise dos resultados gerais do desempenho financeiro do Programa, de modo a verificar mudanças orçamentárias e a execução financeira (utilização dos recursos financeiros, visando quitar as obrigações assumidas, no caso desta análise utilizou-se o valor Pago para os cálculos), inclusive das Fontes de Recursos. A segunda seção trata dos resultados financeiros dos Programas por Compromisso.

## 3. AVALIAÇÃO INICIAL: DESCRIÇÃO DO PROGRAMA E APRESENTAÇÃO DO GRUPO PESQUISADO

No Relatório de Avaliação Inicial estão reunidas informações sobre a concepção, planejamento e modelo de gestão do Programa 113 – Água para Todos. O Programa surgiu em 2007 com o propósito de reduzir o déficit de abastecimento de água do Estado, no meio urbano e rural, especialmente na região do semiárido. A ementa do Programa, conforme escrita no PPA: “Proporcionar o acesso aos serviços de saneamento básico com a oferta de água em qualidade e quantidade, prioritariamente para consumo humano, a coleta e tratamento do esgoto e dos resíduos sólidos, bem como o manejo de águas pluviais”, reflete este propósito. O Água para Todos está inserido no Eixo Estruturante Inclusão Social e Afirmação de Direitos, na Área Temática Desenvolvimento Social, e está estruturado em 14 compromissos, ligados à Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes), Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir).

No que tange à pesquisa quantitativa, foram convocados 17 representantes do Programa, sendo que, destes, todos responderam ao Questionário, resultando em um aproveitamento da amostra de 100%. No Grupo Focal estavam presentes oito representantes dos diversos órgãos que participam da execução do Programa (Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional, com exceção da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR/Sedir). Na investigação dos respondentes quanto ao Cargo que ocupavam, verifica-se que 7/17 dos respondentes encontravam-se exercendo o cargo de Coordenador; 4/17 exerciam cargo de Assessor; 3/17 assumiam o cargo de Chefe de Gabinete; 2/17 eram Diretores, enquanto que 1/17 exerciam cargo de Diretor Geral. No que diz respeito ao vínculo com o Órgão/Entidade, 11 dos 17 respondentes faziam parte do quadro Temporário (função gratificada, REDA), enquanto seis pertenciam à categoria Efetivo (CLT, Estatutário).

## 4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

Os principais resultados da construção de proposta de Matriz de Marco Lógico e Pesquisa de Campo foram agrupados e sintetizados em PONTOS FORTES e PONTOS FRACOS do Programa e estão apresentados a seguir.

## Quadro 1 – Síntese dos Resultados da Pesquisa

CONCEPÇÃO	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>1- O processo de formulação envolve insumos diversos: Demandas Sociais (Plano Plurianual Participativo, PPA-P), Plano Bahia 2023, Experiência de Programa anterior, Estudos Setoriais.</p> <p>2-Entendimento comum da orientação do Programa para uma abordagem de longo prazo de ampliação da oferta e do acesso a água e saneamento básico de forma sustentável, com rebatimentos na qualidade de vida da população baiana.</p> <p>3- Conhecimento dos resultados esperados do Programa, a inserção de resultados específicos no conjunto das estratégias globais e a sua expressão em termos de metas.</p> <p>4- Territorialização das metas segundo critérios determinados pela Casa Civil e demandas do PPA-P: o semi-árido e região de influência.</p> <p>5- Existência de alinhamento entre ementa, enfoques estratégicos, compromissos e entregas do Programa em execução, o que denota encadeamento lógico desta proposta de política pública.</p> <p>6- O desdobramento do escopo do Programa em ações e entregas acontece de forma satisfatória de modo a permitir o alcance do seu objetivo geral.</p>	<p>1- Indicadores inconsistentes com o que se pretende apontar, expressando em sua maioria processos ou produtos e não efeitos ou resultados.</p> <p>2- Carência de informações para a verificação da lógica horizontal do Programa: insuficiência nas informações pertinentes aos indicadores e ausência de meios de verificação.</p> <p>3- Ausência de consideração dos Pressupostos ou circunstâncias que se considera como antecedentes e necessárias ao funcionamento do Programa.</p> <p>4- Embora a origem do Programa seja atribuída a incorporação das demandas sociais advindas do processo de escuta social (Plano Plurianual Participativo, PPA-P), os critérios utilizados para a sua consolidação e uso na concepção do Programa não foram identificados. Quanto aos Estudos Setoriais, estes não foram elaborados especificamente para a caracterização da situação-problema e elaboração do projeto de intervenção.</p> <p>5- Constatação de que parte das ações em execução do Programa Água Para Todos não tem referência no Programa do PPA 2012-2015.</p> <p>6- Planejamento do Programa e, conseqüentemente de suas metas, constitui uma importante lacuna no processo de concepção desta proposta de política pública: metas publicadas no PPA 2012-2015 sem correspondência no Programa que esta em execução.</p> <p>7- Embora a região de maior atenção seja o semi-árido, na concepção do Programa não foram identificados os atributos de cada município pertencente a esta região, suas necessidades ou os impactos regionais das ações de política pública.</p> <p>8- Distorção entre o publicado no PPA e o executado, denotando a falhas da concepção/planejamento do Programa.</p>
PLANEJAMENTO	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>1 – Para os Órgãos/Entidades responsáveis pelo Programa e que possuíam estratégia formalizada em documento específico (Planejamento Estratégico) existe aderência das ações do Programa ao Plano, o que, certamente, favorece a atuação do Programa.</p> <p>2- Entendimento quanto aos critérios usados para a alocação dos recursos financeiros necessários ao Programa.</p> <p>3- Clara identificação dos papéis e responsabilidades das unidades executoras do Programa.</p>	<p>1- Carência do Programa no que tange a utilização de ferramentas de planejamento necessárias a garantia de critérios mínimos de consistência e coerência na fase de concepção/planejamento.</p> <p>2- Fragilidades quanto ao fornecimento de suporte técnico e metodológico às equipes para apropriação dos instrumentos necessários à formulação/planejamento do Programa.</p> <p>3- Dificuldades de identificação da Estratégia de Governo do Estado da Bahia de Médio e Longo Prazo, o que gera conhecimento insuficiente da Estratégia de Governo a ser apropriada para a elaboração do Programa.</p> <p>4- Inexistência de mecanismos de identificação e mapeamento dos riscos. Não estão explicitados os instrumentos utilizados para a efetiva gestão dos riscos, não há menção quanto a elaboração de indicadores de monitoramento, ou mesmo um plano de ação para mitigação do risco.</p>

- 5- Recursos necessários à resolução da situação-problema insuficientes, principalmente no que tange aos recursos financeiros.
- 6- Insegurança quanto ao prazo e aos recursos (físicos, financeiro e de pessoal) para cumprimento das metas estabelecidas no Programa. A possibilidade de não atendimento das metas relaciona-se a estrutura inadequada de órgãos responsáveis pelo Programa, a terceirização de parte relevante da execução do Programa e a insuficiência de recursos destinados as suas ações.
- 7- Dificuldade dos Órgãos/Entidades de se apropriar dos recursos necessários para desenvolvimento do Programa. Uma das principais causas apontadas é a contrapartida, que recorrentemente não é proporcionada pelo Governo do Estado da Bahia.
- 8- Baixa capacidade de resposta dos órgãos/entidades frente aos desafios colocados para a execução das ações relacionadas aos Compromissos sob sua responsabilidade. As equipes de trabalho não estão estruturadas para atender as demandas.
- 9- Superposição de atividades relativas ao Programa e conflito de competências institucionais.
- 10- Comunicação entre os Órgãos/Entidades responsáveis pelo Programa ineficaz. O fluxo de informações entre os atores relevantes do Programa é parcial e direcionado a poucos, prejudicando sobremaneira o alcance dos resultados pretendidos.
- 11- Desvios de função e lacunas de capacidades das equipes de trabalho.
- 12- Participação dos Atores Externos ao Governo Estadual na execução do Programa marcada fragilidade dos vínculos estabelecidos. Os entraves burocráticos, bem como a falta de estrutura das entidades parceiras são caracterizados como empecilhos relevantes para atingimento das metas do Programa. Quanto aos Atores Governamentais, destaca-se a falta de agilidade e cooperação destes.

## GESTÃO/EXECUÇÃO

### Pontos Fortes

- 1- Existência de complementaridade e interdependência entre os compromissos na implementação do Programa.
- 2- Utilização de mecanismos para tornar públicas as informações sobre a sua execução e resultados do Programa. Os mecanismos mais utilizados são: *Website* Oficial, Diário Oficial, Boletim Interno, Publicações da Secom, Relatório de Atividades do Governo e o Balanço de Governo.

### Pontos Fracos

- 1- Baixo alinhamento entre o Programa publicado no PPA e o efetivamente executado. O Programa Água para Todos executado pelos órgão/entidades pesquisados é diferente (menor) que aquele previsto no Plano Plurianual.
- 2- Não existe uma instância de gestão específica para o Programa, apenas para um recorte do PPA. O acompanhamento acontece de forma descentralizada pelos diversos órgãos/entidades responsáveis pelo Programa, sem que sejam utilizados métodos específicos orientados ao monitoramento do mesmo.
- 3- Em relação aos indicadores do PPA, dificuldade de adoção de indicadores de efetividade.
- 4- Monitoramento a partir dos indicadores de Programa com foco limitado à eficácia, mais especificamente às metas e entregas (produtos).
- 5- Dificuldade de definir indicadores de desempenho do Programa e inexistência de bases de dados que permitam a sua elaboração.

FONTE: Informações da Pesquisa

## 5. PROPOSTAS DE MELHORIAS

Baseadas nas fragilidades apontadas pela MML e pela Pesquisa de Campo, foram relacionadas propostas de melhoria para o Programa 113 – Água para Todos, conforme apresentado a seguir:

Quadro 2 – Propostas de Melhoria

CONCEPÇÃO	PLANEJAMENTO	GESTÃO/EXECUÇÃO
1-Implantar prática de realização de Estudos Diagnósticos sobre as áreas de atuação dos órgãos/entidades responsáveis pelo Programa. Esta ação é fundamental para melhor definição do escopo das ações de política pública, de maneira que os compromissos, metas, entregas, ações e limites de atuação do Programa coincidam com seu objetivo e estratégia de atuação.	1-Oferecer capacitação para a utilização generalizada da Matriz de Marco Lógico.	1-Ampliar a Instância de Gestão existente para o acompanhamento das ações do Programa Água para Todos PPA 2012-2015.
2-Estabelecer métricas para aferição de resultados do Programa. Reelaborar os Indicadores do PPA de modo a obter mais fidedignidade aos resultados pretendidos pelo Programa	2-Estabelecer equipe encarregada de identificar e analisar os pontos de inconsistência no planejamento do Programa e propor os ajustes cabíveis, segundo a metodologia do Marco Lógico.	2-Capacitar as equipes responsáveis pela Comunicação das Informações sobre a execução e os resultados do Programa.
3- Realizar o mapeamento e a Análise dos Riscos das metas seguindo os seguintes passos: aquisição de instrumentos de análise de riscos, elaboração de indicadores de monitoramento e plano de ação para mitigação do risco.	3- Incorporar à Matriz do Marco Lógico o enunciado dos Pressupostos e respectivos Indicadores.	3- Elaborar proposta de Publicização Qualificada e específica das ações do Programa para a sociedade, governo e outros atores importantes.
4- Efetuar revisão do escopo: ementa, os enfoques estratégicos, os compromissos e as entregas do Programa, com apoio de equipe que domine as novas metodologias e terminologias de elaboração do PPA e que possa contribuir para melhor composição do Programa Água Para Todos “ <i>midiativo</i> ” com a nova lógica do PPA.	4-Oferecer capacitação para a utilização generalizada das Ferramentas de Análise de Risco.	4-Constituir espaço específico para discussão e apresentação de propostas de solução para os desafios da Intersetorialidade e da Comunicação Intragovernamental.
	5-Realizar o mapeamento e Análise dos Riscos das metas seguindo os seguintes passos: aquisição de instrumentos de análise de riscos, elaboração de indicadores de monitoramento e plano de ação para mitigação do risco.	5-Introduzir a cultura do Monitoramento e Avaliação, com reconhecimento ao papel fundamental desta etapa do Programa.
	6-Formar grupo para identificar, analisar e propor soluções para as situações de superposição de atividades e conflito de competências institucionais relativas ao Programa. O foco: minimizar as ações duplicadas, economizar e potencializar recursos	6 - Incorporar ao Programa do PPA as alterações na estrutura sugeridas pelos Executores do Programa.

	(financeiros, humanos, materiais e tecnológicos).	
	7-Implantar ou fortalecer metodologias de Gestão por Competências das Equipes de Trabalho.	
	8-Capacitar as equipes responsáveis pela Execução do Programa.	

Fonte: Informações da Pesquisa

## 6. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

### 6.1 Resultados gerais

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012, o orçamento para o Programa 113 - Água para Todos foi aprovado com o valor inicial de R\$ 323,6 milhões. Ao final de 2012<sup>2</sup>, após Propostas de Modificação Orçamentária (PMO), a dotação do Programa alcançou o valor de R\$ 481,4 milhões, o que equivale a um incremento de aproximadamente 49% do orçamento previsto originalmente. Desse total, R\$ 324,6 milhões foram efetivamente pagos, correspondendo à uma execução financeira de 67,4%, enquanto que R\$ 362,6 milhões foram liquidados no período<sup>3</sup>.

Ressalte-se que quando acrescido do orçamento das empresas não dependentes<sup>4</sup>, o valor inicial do Programa passa para R\$ 592 milhões. Após PMOs a dotação do Programa alcançou o valor de R\$ 749,9 milhões, equivalente a um incremento de 26,7% do orçamento previsto inicialmente. Esta diferença ocorre devido aos Compromissos 6 e 10 que apresentam recursos da Fonte 40 (Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta), de empresa não dependente sob responsabilidade da SEDUR (Embasa).

O Programa contou, em 2012, com 14 Fontes de recursos, das quais seis concentraram 94,5% do montante total, a saber: Fonte 31 (Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais – Administração Direta) - 42,6 % (R\$ 204,9 milhões); Fonte 28 (Funcep) – 19,9% (R\$ 95,8 milhões); Fonte 09 (Royalties) – 12,4 % (R\$ 59,6 milhões); Fonte 61 (Transferências Voluntárias de Órgãos e Entidades Federais – Administração Indireta) - 9,4% (R\$ 45,3 milhões); Fonte 24 (Operações de Crédito Externas em Moeda – BIRD) – 7,3 % (R\$ 35 milhões); e Fonte 00 (Ordinário) – 3,0% (R\$ 14,5 milhões). As Fontes 31, 28, 61 e 00 tiveram incrementos orçamentários de, respectivamente, 44,4%, 155,7%, 199,3% e 83,5%. Enquanto que a Fonte 09 sofreu redução de 34,5% dos recursos. Por fim a Fonte 24, não prevista no orçamento inicial, foi acrescida posteriormente.

Quanto à execução financeira (em relação ao efetivamente pago no exercício) das seis Fontes que contribuíram com maior volume de recursos do Programa, destacam-se: A Fonte 28, com execução financeira de 90,1%; a Fonte 31 com 83,8% e a Fonte 09, com 60,1%. Ressalte-se que estes percentuais são superiores às médias gerais de execução financeira verificada no Programa. A Fonte 61 apresentou 35,7% de execução financeira em relação ao pago. Enquanto que a Fonte 24 não apresentou execução financeira no exercício.

### 6.2 Resultados do Programa por Compromisso

O Programa 113 contempla 14 Compromissos, dos quais cinco absorveram, em 2012, R\$ 448,4 milhões. Este montante equivale a 93,1% dos recursos orçamentários sem inclusão das empresas não



dependentes e a 59,8%, com inclusão dos recursos destinados às estas. Assim, considerando apenas a primeira situação, destacam-se os Compromissos C4 e C1, que concentraram, respectivamente, 32,9% e 24,2% dos recursos. A seguir, os Compromissos C6, C2 e C10, cuja participação foi de 12,6%, 11,8% e 11,6%, respectivamente, do total dos Compromissos citados.

**C4 - Promover o abastecimento de água, priorizando as comunidades mais carentes de água, por meio da exploração dos mananciais superficiais e subterrâneos de recursos hídricos - SEMA.** O compromisso foi orçado inicialmente em R\$ 56,5 milhões, mas ao final de 2012, após a movimentação orçamentária via PMO, o valor alcançou R\$ 158,6 milhões, o que representou um ajuste orçamentário de 180,9%. Deste montante R\$ 93,1 milhões foram pagos, configurando uma execução financeira em relação ao pago de 58,7% , enquanto que R\$ 107,3 milhões foram liquidados, valores superiores às médias gerais do Programa.

Das 14 Fontes de recursos que contribuíram para o Programa em 2012, 11 integraram o Compromisso 4, sendo que apenas seis Fontes concentraram 94,7% dos recursos. Destacam-se a Fonte 28 e a Fonte 61, que absorveram, respectivamente, 37,8% (R\$ 60,0 milhões) e 19,2% (R\$ 30,4 milhões) dos recursos destinados ao Compromisso. Em seguida, a Fontes 24 e Fonte 09 participaram do montante total nas proporções de 12,2% (R\$ 19,4 milhões) e 11,6% (R\$ 18,4 milhões). Por fim, a Fonte 00 e a Fonte 31 contribuíram, respectivamente, com 8,2% (R\$ 13,0 milhões) e 5,6% (R\$ 8,9 milhões).

As Fontes 28, 00 e 09 apresentaram incrementos orçamentários ao longo do exercício de 2012 de 114,8%, 107,8% e 36,3%, respectivamente. Enquanto que as Fontes 61, 24 e 31, não estavam previstas no orçamento inicial e foram incluídas posteriormente.

Quanto à execução financeira, destacam-se as Fontes: Fonte 00, com execução de 52,7% (R\$ 6,8 milhões); Fonte 28, com 90,3% (R\$ 54,2 milhões) e Fonte 09, com 67,1% (R\$ 12,3 milhões). Já a Fonte 31 apresentou execução financeira de 55,4% em relação ao pago, enquanto que a Fonte 61 alcançou 44% (R\$ 13,4 milhões) de execução financeira. Para a Fonte 24 não se verificou execução financeira no exercício de 2012.

**C1 - Promover o desenvolvimento social e sustentável do semiárido baiano, proporcionando a segurança hídrica, alimentar e nutricional da população em situação de pobreza - SEDES.** Orçado inicialmente em R\$ 6,4 milhões, o montante de recursos do compromisso chegou a R\$ 116,5 milhões, o que representou um ajuste orçamentário de 1.733%. Deste total, R\$ 90,3 milhões foram efetivamente pagos atingindo um execução financeira de 77,5%, enquanto que R\$ 112,7 milhões (96,7%) foram liquidados no exercício.

Os recursos alocados ao C1 foram provenientes das Fontes 31, 28 e 00, com participação de 88,9% (R\$ 103,6 milhões), 11,0% (R\$ 12,8 milhões) e 0,1% (R\$ 117,0 mil), respectivamente. A Fonte 28 apresentou um incremento orçamentário de 101,5%, sendo 75,7% efetivamente pagos no exercício. As Fontes 31 e 00, não previstas no orçamento inicial, foram incluídas posteriormente. Para a primeira, verificou-se uma execução de 77,7% dos recursos efetivamente pagos. Por fim, para este Compromisso, a Fonte 00 registrou execução financeira de 99.9%.

**C6 – Melhorar a qualidade de vida da população pela ampliação do acesso aos serviços de**

**abastecimento de água - SEDUR.** Orçado inicialmente em R\$ 76,1 milhões, chegou a R\$ 60,6 milhões, após as movimentações orçamentárias via PMO, o que representou uma redução de 20,3% (R\$ 15,6 milhões). Ao longo de 2012, R\$ 55,9 milhões foram efetivamente pagos, registrando uma execução financeira de 92,2%, enquanto que R\$ 56,2 milhões foram liquidados.

Os recursos destinados ao C6 foram provenientes das Fontes 31, 09 e 21, com participação no Compromisso de 76,5% (R\$ 46,4 milhões), 21,4% (R\$ 13 milhões) e 2,0% (R\$ 1,2 milhão), respectivamente. Estas três Fontes sofreram redução de recursos orçamentários de 2,3%, 51,7% e 28,9%, e registraram execução financeira em relação ao pago de 99% (R\$ 45,9 milhões), 70,8% (R\$ 9,2 milhões) e 60,4% (R\$ 750 mil), respectivamente.

Além das fontes relacionadas acima, o Compromisso 6 contou com a Fonte 40, direcionada a investimentos a cargo de empresas não dependentes vinculadas à SEDUR.

**C2 – Contribuir para a garantia do acesso a água em quantidade e qualidade, na perspectiva de fortalecer a segurança hídrica e alimentar em áreas de extrema pobreza - SEDIR.** Com dotação orçamentária inicial de R\$ 953 mil, o montante de recursos do compromisso chegou a R\$ 56,6 milhões, após as movimentações orçamentárias via PMO, o que representou um ajuste orçamentário de 5.841%. Foram efetivamente pagos R\$ 22,1 milhões, ou seja, 39,1% de execução financeira no exercício de 2012, enquanto que foram liquidados R\$ 22,3 milhões.

Das cinco Fontes que contribuíram para o Compromisso 2, quatro concentraram 94,0% dos recursos, nas seguintes proporções: Fonte 28, com participação de 29,8% (R\$ 16,9 milhões); Fonte 24, com 27,6% (R\$ 15,6 milhões); Fonte 61, com 26,3% (R\$ 14,9 milhões); e Fonte 40, com 10,3% (R\$ 5,9 milhões). A primeira registrou um incremento orçamentário de 1.668% e as demais não estavam incluídas no orçamento inicial, sendo acrescidas ao longo do exercício. As Fontes 28, 40, e 61 registraram execução financeira em relação ao pago de 97% (R\$ 16,3 milhões), 48,9% (R\$ 2,9 milhões) e 18,7% (R\$ 2,8 milhões), respectivamente.

**C10 – Reduzir a proliferação de doenças e o nível de poluição provocada pelos efluentes lançados no meio ambiente, por meio da ampliação da cobertura de esgotamento sanitário - SEDUR.**

Orçado inicialmente em R\$ 127,3 milhões, o montante de recursos do compromisso chegou ao final do exercício de 2012 a R\$ 56 milhões, com uma redução orçamentária de 56% (R\$ 45,3 milhões). Foram efetivamente pagos R\$ 44,9 milhões com uma execução financeira em relação ao orçado de 80,0%, enquanto que foram liquidados R\$ 45,3 milhões (80,8%).

Os recursos alocados ao C10 foram provenientes das Fontes 31, 09 e 21, nas proporções de 70,5% (R\$ 39,5 milhões), 25,4% (R\$ 14,2 milhões) e 4,2% (R\$ 2,3 milhões), após sofrerem reduções orçamentárias de 58,2%, 27,2% e 82,4%, respectivamente. As Fontes 31, 09 e 21 apresentaram execução financeira em relação ao pago de 94,6% (R\$ 37,4 milhões), 46,5% (R\$ 6,6 milhões) e 37,7% (R\$ 878,7 mil), respectivamente no exercício de 2012.

Além das Fontes relacionadas acima, o Compromisso 10 contou com a Fonte 40, direcionada a investimentos a cargo de empresas não dependentes vinculadas à SEDUR.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa 113 – Água para Todos originou-se de um processo de formulação que envolve insumos diversos: Demandas Sociais (Plano Plurianual Participativo, PPA-P), Experiência de Programa anterior, Estudos Setoriais.

Apesar das fragilidades verificadas durante sua formulação e do PPA, especialmente aquelas relacionadas com a adoção de uma nova metodologia para seu planejamento, os participantes da pesquisa informam haver aspectos positivos originados do novo processo. São eles: entendimento comum da orientação do Programa; conhecimento dos resultados esperados; alinhamento entre ementa, enfoques estratégicos, compromissos e entregas do Programa em execução; territorialização das metas segundo critérios determinados pela Casa Civil e demandas do PPA-P; clara identificação dos papéis e responsabilidades das unidades executoras; desdobramento do escopo do Programa em ações e entregas de forma satisfatória de modo a permitir o alcance do seu objetivo geral.

Entretanto, a partir da constatação de que parte das ações em execução do PAT “*midático*” não tem referência no Programa do PPA 2012-2015, fica claro que o Planejamento do Programa e, conseqüentemente de suas metas, constitui uma importante lacuna no processo de concepção desta proposta de política pública: metas publicadas no PPA 2012-2015 não correspondem àquelas do Programa que esta em execução. Em suma, uma das falhas mais graves de concepção/planejamento deste Programa é a distorção entre o publicado e o executado.

Ademais, embora a origem do Programa seja atribuída a estudos setoriais, estes não foram elaborados especificamente para a caracterização da situação-problema e elaboração do projeto de intervenção; na concepção do Programa não foram identificados os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações de política pública. Não foram previstos a identificação e mapeamento dos riscos. Destaca-se ainda, a insegurança quanto ao prazo e aos recursos (físicos, financeiro e de pessoal) para cumprimento das metas estabelecidas no Programa.

Por fim, esta Avaliação Inicial propõe uma série de medidas para o aperfeiçoamento do Programa, conforme apresentado no Plano de Melhoria. Destaca-se: Efetuar revisão do escopo: ementa, os enfoques estratégicos, os compromissos e as entregas do Programa para melhor composição do PAT “*midático*” com a lógica do PPA. Em seguida: estabelecer equipe encarregada de identificar e analisar os pontos de inconsistência no planejamento do Programa e propor os ajustes cabíveis, segundo a metodologia do Marco Lógico; incorporar à MML o enunciado dos Pressupostos e respectivos indicadores; realizar o mapeamento e análise dos riscos das metas; criar instância de gestão específica para o Programa; elaborar métricas para aferição de resultados do Programa; propor soluções para otimizar a utilização dos recursos financeiros: capacitar as equipes responsáveis pela execução do Programa.

Ainda com o objetivo de aperfeiçoar o desempenho do Programa, os sistemas de Monitoramento deverão atentar para as seguintes recomendações:

1. Reelaborar os Indicadores do Programa de modo a obter mais fidedignidade aos resultados;

2. Apresentar os indicadores com as informações completas, permitindo a verificação da lógica horizontal da MML do Programa;

3. Apresentar os Pressupostos da MML, ou circunstâncias que se considera como antecedentes e necessárias ao perfeito funcionamento do Programa, para a elaboração de um plano de resposta aos riscos.

Adicionalmente, com vistas a dar continuidade as próximas etapas do Processo de Monitoramento, os elementos que comporão o Plano de Monitoramento do ano de 2013 são aqueles constantes na estrutura proposta pelo PPA 2012-2015: metas, entregas e indicadores.

As metas serão obrigatoriamente monitoradas, em respeito a legislação vigente ( Lei nº12.504 de 29 de dezembro de 2011, art. 11). No entanto, a priorização das metas será definida segundo: 1) grau de importância para resolução do problema a que o Programa se propõe a resolver; 2) impacto na execução do Programa; 3) viabilidade da coleta de dados, 4) ser oriunda da escuta social, 5) ter recursos alocados no exercício vigente, e 6) volume de recursos alocados.

Os indicadores, diferentemente das metas, tem sua escolha enquanto elemento a ser monitorado em caráter facultativo. Devem ser utilizados quando for conveniente para as análises e conclusões sobre o programa. Podem ser os indicadores do Programa, clássicos ou ainda construídos, desde que respeitem os princípios de: 1) viabilidade: dados disponíveis com fonte confiável, 2) clareza e objetividade, e 3) apuração com periodicidade garantida e ou consolidada.

As entregas, assim como os indicadores, poderão ser selecionadas como elemento a ser monitorado de forma complementar. Deve-se lançar mão do seu uso quando a meta por si só não for capaz de fornecer dados que permitam uma análise conclusiva para o processo decisório. Desta forma, será necessário estabelecer previsões quantitativas anuais para que seja possível o seu monitoramento, visto que seus quantitativos não são expostos no PPA. Sua seleção deve levar em conta as seguintes fatores: 1) impacto na consecução do compromisso a que esta atrelada, 2) montante de recursos vinculados nas ações orçamentárias, e 3) viabilidade: dados disponíveis com fonte confiável.

## 7. REFERÊNCIAS

SEPLAN, 2012. **Relatório de Avaliação Inicial Programa 113 – Água para Todos**, Superintendência de Gestão e Avaliação - Diretoria de Avaliação. Abril, 2013.

### GOVERNADOR

Jaques Wagner

### SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

José Sergio Gabrielli de Azevedo

### SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E AVALIAÇÃO

Maria Lúcia Cunha de Carvalho

### DIRETORIA DE MONITORAMENTO

Maria Aparecida Fortes de Almeida Presídio

### DIRETORIA DE AVALIAÇÃO

Carmen Lúcia Castro Lima (até fev. de 2013)  
Thaiz Braga

### COORDENAÇÃO DE PESQUISA E AVALIAÇÃO

Thaiz Braga (até fev. de 2013)  
Rodrigo Cerqueira

### COORDENAÇÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Vanduy Cordeiro dos Santos (até fev. de 2013)

### ELABORAÇÃO TÉCNICA

Thaiz Braga  
Marina Rapp  
Silvana Fontes

### PESQUISA DE CAMPO E COLETA DE DADOS

Vanduy Cordeiro dos Santos  
Rodrigo Cerqueira  
Fábia Alves  
Vitor Campos  
Dora Neuhaus

### EDITORAÇÃO

Egla Costa  
Manoel Ribeiro

### CONSULTORIA

PLANUS Estratégia e Gestão

<sup>1</sup> A construção de uma hipótese para a MML tem por finalidade dispor as informações do Programa de forma que seja possível a análise dos indicadores propostos; a identificação da existência de fontes de verificação; e a verificação das condições externas que influenciam o alcance dos objetivos propostos. Esta é a Lógica Horizontal da MML. A identificação dos objetivos do Programa e verificação da sequência lógica das propostas apresentadas para a consecução destes objetivos constitui a Lógica Vertical.

<sup>2</sup> Dados extraídos do Siplan em 14/03/13

<sup>3</sup> Os *Restos a Pagar* do exercício de 2011 estão incluídos nos montantes de recursos tanto *Liquidados* quanto *Pagos* em 2012, de modo que os valores não guardam necessariamente uma equivalência com os componentes de ações efetivamente executados no exercício.

<sup>4</sup> A execução financeira de empresas não dependentes não está contemplada nesta análise, isto porque o Sistema Informatizado de Planejamento (Siplan) não apresenta esta informação

PROGRAMA 113 - ÁGUA PARA TODOS - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

R\$ 1,00

Compromisso / Código - Fonte de Recurso	Orçamento Inicial (A)	Orçamento Atual (B)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Orçamento Atual Total (B/F)	Movimentação Orçamentária (B-A)	Empenhado (C)	(%) Execução Financeira do Empenhado / Orçamento Atual (C/B)	Liquidação (D)	(%) Execução Financeira do Liquidação / Orçamento Atual (D/B)	Pago (E)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Pago Total (E/G)	(%) Execução Financeira do Pago / Orçamento Atual (E/B)
<b>C1 - SEDES - Promover o desenvolvimento social e sustentável do semiárido baiano, proporcionando a segurança hídrica, alimentar e nutricional da população em situação de pobreza.</b>	6.357.000	116.521.157	24,2	110.164.157	112.672.391	96,7	112.666.791	96,7	90.310.010	27,8	77,5
00 - ORDINARIO	0	117.000	0,0	117.000	116.860	99,9	116.860	99,9	116.860	0,0	99,9
28 - FUNCEP	6.357.000	12.807.511	2,7	6.450.511	12.692.230	99,1	12.686.630	99,1	9.694.104	3,0	75,7
31 - TRANSF VOLUNTARIA FED/DIRETA	0	103.596.646	21,5	103.596.646	99.863.302	96,4	99.863.302	96,4	80.499.047	24,8	77,7
<b>C2 - SEDIR - Contribuir para a garantia do acesso a água em quantidade e qualidade, na perspectiva de fortalecer a segurança hídrica e alimentar em áreas de extrema pobreza.</b>	953.000	56.618.401	11,8	55.665.401	22.750.554	40,2	22.316.847	39,4	22.120.766	6,8	39,1
01 - CONTRAPARTIDA	0	3.406.897	0,7	3.406.897	120.471	3,5	120.471	3,5	120.471	0,0	3,5
24 - OCE MOEDA - BIRD	0	15.600.000	3,2	15.600.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
28 - FUNCEP	953.000	16.850.347	3,5	15.897.347	16.743.032	99,4	16.366.579	97,1	16.339.562	5,0	97,0
40 - RDA INDIETA	0	5.857.185	1,2	5.857.185	2.924.182	49,9	2.866.928	48,9	2.866.928	0,9	48,9
61 - TRANSF VOLUNTARIA FED/	0	14.903.972	3,1	14.903.972	2.962.869	19,9	2.962.869	19,9	2.793.805	0,9	18,7
<b>C3 - SEDES - Implantar soluções hídricas emergenciais para viabilizar a convivência com a estiagem.</b>	2.000.000	6.082.188	1,3	4.082.188	6.075.542	99,9	6.026.542	99,1	6.075.542	1,9	99,9
28 - FUNCEP	2.000.000	6.082.188	1,3	4.082.188	6.075.542	99,9	6.026.542	99,1	6.075.542	1,9	99,9
<b>C4 - SEMA - Promover o abastecimento de água, priorizando as comunidades mais carentes de água, por meio da exploração dos mananciais superficiais e subterrâneos de recursos hídricos.</b>	56.452.000	158.553.393	32,9	102.101.393	131.257.480	82,8	107.292.603	67,7	93.085.289	28,7	58,7
00 - ORDINARIO	6.235.000	12.955.432	2,7	6.720.432	12.899.288	99,6	12.773.547	98,6	6.832.224	2,1	52,7
01 - CONTRAPARTIDA	0	1.000	0,0	1.000	1	0,1	1	0,1	1	0,0	0,1
09 - ROYALTIES	13.504.000	18.402.346	3,8	4.898.346	18.096.744	98,3	16.671.427	90,6	12.338.854	3,8	67,1
15 - PROCONFIS	0	4.700.000	1,0	4.700.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
24 - OCE MOEDA - BIRD	0	19.400.000	4,0	19.400.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
25 - OCE / MOEDA	8.743.000	430.112	0,1	-8.312.888	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
28 - FUNCEP	27.945.000	60.012.312	12,5	32.067.312	59.882.679	99,8	54.526.751	90,9	54.300.474	16,7	90,3
31 - TRANSF VOLUNTARIA FED/DIRETA	0	8.911.893	1,9	8.911.893	7.475.887	83,9	4.937.263	55,4	4.937.263	1,5	55,4
40 - RDA INDIETA	25.000	1.748.477	0,4	1.723.477	1.411.376	80,7	1.409.026	80,6	1.409.026	0,4	80,6
60 - FIES	0	1.590.330	0,3	1.590.330	1.590.330	100,0	1.590.330	100,0	1.590.330	0,1	100,0
61 - TRANSF VOLUNTARIA FED/	0	30.401.491	6,3	30.401.491	29.901.175	98,4	15.385.258	50,6	13.365.085	4,1	44,0

## PROGRAMA 113 - ÁGUA PARA TODOS - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

R\$ 1.00

Compromisso / Código - Fonte de Recurso	Orçamento Inicial (A)	Orçamento Atual (B)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Orçamento Total (B/F)	Movimentação Orçamentária (B-A)	Empenhado (C)	Execução Financeira do Orçamento Atual (C/B)	Liquidação (D)	Execução Financeira do Orçamento Atual (D/B)	Pago (E)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Pago Total (E/G)	Execução Financeira do Orçamento Atual (E/B)
C5 - SEDUR - Ampliar o atendimento em abastecimento de água nas localidades não operadas pela Embasa com foco na universalização desses serviços.	11.280.000	3.272.632	0,7	-8.007.368	2.272.431	69,4	2.272.431	69,4	2.272.431	0,7	69,4
09 - ROYALTIES.	11.280.000	3.272.632	0,7	-8.007.368	2.272.431	69,4	2.272.431	69,4	2.272.431	0,7	69,4
C6 - SEDUR - Melhorar a qualidade de vida da população pela ampliação do acesso aos serviços de abastecimento de água.	76.085.000	60.617.038	12,6	-15.467.962	56.176.785	92,7	56.176.785	92,7	55.873.128	17,2	92,2
09 - ROYALTIES.	26.871.000	12.978.412	2,7	-13.892.588	9.198.271	70,9	9.198.271	70,9	9.192.198	2,8	70,8
31 - OCI/MOEDA	1.746.000	1.241.065	0,3	-504.935	750.045	60,4	750.045	60,4	750.045	0,2	60,4
31 - TRANSF VOLUNTARIA FED/DIRETA	47.468.000	46.397.561	9,6	-1.070.439	46.228.469	99,6	46.228.469	99,6	45.930.885	14,1	99,0
C7 - SEDUR - Garantir o acesso à água em qualidade e quantidade e o esgotamento sanitário com destinação adequada de dejetos sanitários residenciais em meio rural e em comunidades quilombolas.	7.673.000	4.318.162	0,9	-3.354.838	2.519.991	58,4	1.867.243	43,2	1.836.576	0,6	42,5
09 - ROYALTIES.	7.673.000	4.318.162	0,9	-3.354.838	2.519.991	58,4	1.867.243	43,2	1.836.576	0,6	42,5
31 - TRANSF VOLUNTARIA FED/DIRETA	0	200.000	0,0	200.000	200.000	100,0	200.000	100,0	200.000	0,1	100,0
C9 - SEDUR - Fortalecer a gestão municipal com o propósito da universalização dos serviços públicos de saneamento básico.	3.050.000	1.850.000	0,4	-1.200.000	596.884	32,3	596.125	32,2	596.125	0,2	32,2
09 - ROYALTIES.	3.050.000	1.850.000	0,4	-1.200.000	596.884	32,3	596.125	32,2	596.125	0,2	32,2
C10 - SEDUR - Reduzir a proliferação de doenças e o nível de poluição provocada pelos efluentes lançados no meio ambiente, por meio da ampliação da cobertura de esgotamento sanitário.	127.262.000	56.048.319	11,6	-71.213.681	45.286.400	80,8	45.286.400	80,8	44.860.424	13,8	80,0
09 - ROYALTIES.	19.554.000	14.231.490	3,0	-5.322.510	6.804.244	47,8	6.804.244	47,8	6.611.524	2,0	46,5
31 - OCI/MOEDA	13.354.000	2.328.935	0,5	-10.925.065	1.111.999	47,7	1.111.999	47,7	878.742	0,3	37,7
31 - TRANSF VOLUNTARIA FED/DIRETA	94.454.000	39.487.894	8,2	-54.966.106	37.370.157	94,6	37.370.157	94,6	37.370.157	11,5	94,6
C11 - SEMA - Contribuir para a redução de doenças de veiculação hídrica por meio da implantação de obras de saneamento básico voltadas ao tratamento dos efluentes líquidos.	700.000	60.000	0,0	-640.000	24.063	40,1	24.063	40,1	24.063	0,0	40,1
09 - ROYALTIES.	150.000	60.000	0,0	-90.000	24.063	40,1	24.063	40,1	24.063	0,0	40,1
31 - OCI/MOEDA	550.000	0	0,0	-550.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
C13 - SEDUR - Minimizar os impactos sociais e ambientais negativos ocasionados pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos.	4.453.000	7.182.327	1,5	2.729.327	4.078.612	56,8	4.074.276	56,7	3.752.910	1,2	52,3
00 - ORDINARIO.	1.000.000	1.068.000	0,2	68.000	918.536	86,0	910.925	85,3	751.936	0,2	70,4
09 - ROYALTIES.	3.268.000	3.660.838	0,8	392.838	2.952.992	80,7	2.956.266	80,8	2.793.889	0,9	76,3
28 - FUNCEP.	185.000	0	0,0	-185.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
31 - TRANSF VOLUNTARIA FED/DIRETA	0	2.225.778	0,5	2.225.778	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
60 - FIES.	0	227.711	0,0	227.711	207.085	90,9	207.085	90,9	207.085	0,1	90,9

PROGRAMA 113 - ÁGUA PARA TODOS - INFORMAÇÕES ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

R\$ 1,00

Compromisso / Código - Fonte de Recurso	Orçamento Inicial (A)	Orçamento Atual (B)	Participação do valor do compromisso e fonte / Orçamento Atual Total (B/F)	Movimentação Orçamentaria (B-A)	Empenhado (C)	Execução Financeira do Empenhado / Orçamento Atual (C/B)	Liquidação (D)	Execução Financeira do Liquidado / Orçamento Atual (D/B)	Pago (E)	Participação do valor do compromisso e fonte / Pago Total (E/G)	Execução Financeira do Pago / Orçamento Atual (E/B)
C14 - SEMA - Garantir os usos múltiplos e a sustentabilidade ambiental por meio da promoção da gestão dos recursos hídricos.	20.474.000	6.440.897	1,3	-14.033.103	3.822.178	59,3	3.777.130	58,6	3.604.072	1,1	56,0
00 - ORDINARIO	690.000	393.119	0,1	-291.881	138.241	32,2	138.241	32,2	27.290	0,0	6,9
01 - CONTRAPARTIDA	1.514.000	652.122	0,1	-861.878	622.244	95,4	622.244	95,4	622.244	0,2	95,4
09 - ROYALTIES	2.075.000	368.637	0,1	-1.706.363	245.854	66,7	200.805	54,5	128.699	0,0	34,9
25 - OCE/MOEDA	810.000	810.000	0,2	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
31 - TRANSF VOLUNTARIA FED/DIRETA	0	4.129.019	0,9	4.129.019	2.805.575	67,9	2.805.575	67,9	2.805.575	0,9	67,9
45 - REFABRE	250.000	83.000	0,0	-167.000	20.264	24,4	20.264	24,4	20.264	0,0	24,4
61 - TRANSF VOLUNTARIA FED/	15.135.000	0	0,0	-15.135.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
C15 - SEDUR - Prover soluções no manejo de águas pluviais em áreas críticas de localidades urbanas.	3.591.000	441.464	0,1	-3.149.536	3.691	0,8	3.691	0,8	3.691	0,0	0,8
09 - ROYALTIES	3.591.000	441.464	0,1	-3.149.536	3.691	0,8	3.691	0,8	3.691	0,0	0,8
C16 - SEDUR - Exercer a regulação, por meio de normatização e fiscalização, dos serviços públicos de saneamento básico garantindo a eficiência, a qualidade e o bom atendimento.	3.237.000	3.237.000	0,7	0	15.860	0,5	13.671	0,4	13.671	0,0	0,4
13 - RDA.DIRETA	3.237.000	3.237.000	0,7	0	15.860	0,5	13.671	0,4	13.671	0,0	0,4
<b>Informações Gerais do Programa 113</b>											
TOTAL DE PROJETOS	316.675.000	475.469.978	98,8	158.794.978	385.099.567	81,0	359.948.711	75,7	321.982.812	99,2	67,7
TOTAL ATIVIDADE FINALISTICA	6.892.000	5.973.000	1,2	-919.000	2.653.293	44,4	2.645.884	44,3	2.645.884	0,8	44,3
TOTAL DO PROGRAMA <u>sem</u> Empresas não Dependentes	323.567.000	481.442.978	100,0	157.875.978	387.752.861	80,5	361.594.594	75,3	324.628.696	100,0	67,4
TOTAL DO PROGRAMA <u>com</u> Empresas não Dependentes	592.010.000	749.885.978	100,0	157.875.978	387.752.861	51,7	361.594.594	48,4	324.628.696	100,0	43,3

Fonte: Siplan, 13/03/2013 17:32:51

O Compromisso 6 e o 10 tem a fonte 40-RDA INDIRETA apresentada no programa com empresas não dependentes e de responsabilidade da SETUR, portanto ao suprimir os investimentos da Empresa os valores do orçamento inicial e do orçamento anual deixam de figurar no Siplan.